

ARTIGOS

Busca Patrimonial e Políticas Públicas: o caso de São Lourenço do Sul - Rio Grande do Sul

*Maria Leticia Mazzucchi Ferreira**

*Roberto Heiden***

Resumo

Nesse artigo discutimos a relação entre políticas públicas, tradição e patrimônio na cidade de São Lourenço, sul do Brasil. A etnia pomerana, que, por longo tempo, foi pouco lembrada nessa região, está atualmente supervalorizada através de uma política de “invenção do passado”. O discurso político fala de um “resgate de identidade desse povo, valorizando o turismo como fonte de economia...a busca pelo passado com os olhos no futuro” (O Lourenciano, 18.01. 2008). Nossa pesquisa consiste em verificar o impacto dessas intervenções nessa comunidade e como a mesma passa a aceitar esse passado como tradição e os elementos cotidianos como patrimônio.

Palavras-chave: Políticas patrimoniais. Memória coletiva. Tradição. Pomeranos. São Lourenço do Sul.

Introdução

Neste artigo se discute a relação entre políticas públicas, tradição e patrimônio, a partir do estudo sobre as ações de caráter patrimonial que estão sendo implementadas, desde o ano 2005 na cidade de São Lourenço do Sul, sul do Brasil. Nesse local, a origem pomerana, que durante muito tempo se apresentou como uma atribuição identitária problemática, se encontra hoje supervalorizada através de uma política local de “invenção do passado” e atribuição de sentidos patrimoniais ao cotidiano.

No quadro das políticas públicas de patrimônio e memória em desenvolvimento na cidade, encontramos comemorações ritualizadas, como a encenação do desembarque dos primeiros pomeranos na região; a pesquisa e registro de tradições locais; o “Caminho Pomerano” (um circuito turístico pela zona rural da cidade); a adoção de danças, cantos, criações de animais, dentre outras ações. A valorização da dimensão imaterial do patrimônio, representada aqui pelo que é considerado pelos gestores como uma cultura tradicional pomerana, vem se apresentando como uma forma de positivação da identidade e, ao mesmo tempo, importante fonte para a economia local.

O caso de São Lourenço do Sul se apresenta, pelo grau e pelo envolvimento da administração pública local, como exemplar de uma tendência observável contemporaneamente, que é a de valorização da dimensão local da cultura, em um mundo globalizado. Ao mesmo tempo, se insere no contexto nacional de “proliferação” (TORNATORE, 2008) da busca patrimonial, que caracteriza o cenário brasileiro desde os anos 1980.

A incorporação da dimensão imaterial ao conceito de patrimônio no Brasil se deu num período de intensificação de movimentos sociais, no quadro geral de um país em redemocratização em que os novos sujeitos sociais passavam, então, a reivindicar seu lugar histórico, seu direito ao passado (MEIRA, 2005, p.22-23). Abordado no interior dessas manifestações sociais, o patrimônio passa,

então, a se identificar para além do unicamente material, com aquelas expressões que caracterizavam uma Nação plural, multiétnica, composta por diferentes matizes culturais. As celebrações religiosas, as formas de expressão, os lugares e os saberes que atravessavam gerações, passaram a ter um papel fundamental naquilo que se denominou Patrimônio Cultural Nacional, cuja tarefa de proteção passou a ser uma atribuição do Estado, definida no próprio texto constitucional de 1988. Sobre essas manifestações culturais irão incidir, dessa forma, os processos de identificação, classificação e as políticas de salvaguarda (FREIRE, 2005; CERQUEIRA, 2006).

A partir do Decreto 3551 de quatro de agosto de 2000, foi criado o dispositivo legal necessário para identificação e registro dos Bens Culturais de natureza imaterial que fazem parte do Patrimônio Cultural brasileiro. O Inventário Nacional de Referências Culturais foi a metodologia instituída pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para identificar, documentar e registrar os bens culturais imateriais, que ficarão, assim, registrados em um dos quatro Livros: Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão, Livro dos Lugares, Livro dos Saberes (FREIRE, 2005).

Observando-se o número e a origem dos Inventários já realizados ou em processo de realização, é inevitável uma reflexão acerca da busca patrimonial e os sentidos que ela assume nesse país. Os Bens Culturais Imateriais já registrados são em número de quinze, aqueles em andamento são outros quinze, enquanto que os Inventários em realização já estão na casa dos trinta¹. É fundamental pensar que sentidos assumem o patrimônio e a memória nesse Brasil contemporâneo. Despojado da obrigação de justificar e embasar o Estado Nação, o patrimônio vai incorporando papéis cada vez mais diferentes, afirmando e conferindo bases identitárias de grupos diversos dentro da sociedade nacional. Tal como afirma Tornatore (2008), desde as últimas décadas do século XX, aquilo que chamamos “proliferação patrimonial e memorial” é visto como um índice de multiplicação das referências e enfraquecimento da referência nacional.

A memória e o patrimônio se colocam, então, na base de uma tomada de consciência de um passado a salvaguardar e, ao mesmo tempo e tão importante quanto, de um direito ao futuro. Nesse contexto, de acordo com Arjun Appadurai, “o passado não é mais uma terra a qual se regressa por uma simples política da memória. Ele se transformou num entreposto sincrônico de cenários culturais, uma espécie de casting temporal central ao qual podemos aceder em função do filme a realizar, da cena a mostrar, dos reféns a salvar” (APPADURAI, 2005, p.67).

Questões como lutas pelo reconhecimento, mercado patrimonial, construção de passados imaginados, associadas às ações públicas de investimento patrimonial, estão na base da pesquisa sobre o caso da cidade de São Lourenço do Sul, no sul do Brasil.

A Nau da Memória: política patrimonial em São Lourenço do Sul

A cidade de São Lourenço do Sul localiza-se na região sul do estado do Rio Grande do Sul, às margens do Rio São Lourenço, que desagua na Lagoa dos Patos. Essa região recebeu, na segunda metade do século XIX, imigrantes originários da Alemanha e da região da Pomerânia (região situada ao norte da Alemanha e Polônia, às margens do Mar Báltico). Nessa região, a transição do sistema feudal ao capitalismo gerou um expressivo número de camponeses que, ao perderem suas terras, foram absorvidos pela industrialização emergente ou engrossaram as levas de migrantes em direção à América (SALAMONI, 2001, p.26).

No caso específico de São Lourenço, a ação de um empresário alemão, Jacob Rheingantz, bem como seu sócio na empresa colonizadora, José Antonio de Oliveira Guimarães, foi fundamental para o agenciamento da vinda desses, então denominados, “colonos” e sua fixação nas terras da Serra dos Tapes, onde se desenvolveu um crescente núcleo populacional distribuído em lotes de terra de igual tamanho (COARACY, 1957, p. 23).

Essa região se configurou pela presença do imigrante de origem germânica, sendo que, em relação ao elemento pomerano, esse reconhecimento como alemão se deu mais no sentido da comunidade externa que não via (e, em geral, não vê) as diferenças culturais entre o que distinguem os grupos imigratórios de origem alemã daqueles de origem pomerana.

Internamente, porém, as diferenças entre alemães e pomeranos foram sendo demarcadas, sobretudo pela expressão oral, sendo um elemento de distinção positiva o domínio da língua alemã, enquanto que falar o pomerano se aproximava da caricatura forjada entre os nativos, do “alemão batata”, ou seja, o camponês de traços e hábitos rudimentares.

Em termos de economia local esses grupos compõem, com outros de origem europeia, aquilo que se denominou de região colonial, lugar de implantação de cultivos de frutas como pêssego, morango, pêra, bem como leguminosas e alguns cereais, produzidos em escala familiar. As frutas, entretanto, foram a base de uma indústria colonial doceira. Assim, as frutas cristalizadas, as passas, as compotas, os doces em pasta, foram compondo a dieta alimentar do colono e se constituindo em uma importante fonte econômica, constituindo a tradição doceira dessa região (FERREIRA, 2008).

O termo “colono” assume, nesse contexto, tanto uma designação histórica ligada ao movimento de ocupação quanto uma categoria classificatória, pois ao colono são atribuídas as características do camponês rude que não domina os códigos de modernidade de uma cidade contemporânea.

As constantes oscilações econômicas, o declínio da indústria colonial e a introdução de monoculturas (sobretudo o fumo), foram elementos degradadores das condições de vida na zona rural. A partir da década de 70 do século XX, ocorreu um aumento do abandono das propriedades rurais e a migração para centros urbanos em busca de postos de trabalho.

No começo dos anos 2000, observou-se um crescimento da economia local com a retomada do cultivo de algumas frutas e seu

processamento na indústria doceira, que se reorganiza desde então, além de outras monoculturas que são uma base forte para a agricultura que se desenvolve na região. Ao mesmo tempo, a tendência a um turismo rural levou a um investimento nas atividades e produtos da vida colonial, significada a partir de então por categorias como autenticidade e tradicionalidade, categorias as quais foi agregado o sentido e noção local de patrimônio.

É nesse contexto que se pode analisar e compreender as ações patrimoniais que estão sendo implementadas pelo governo municipal, sobretudo através da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, da cidade de São Lourenço do Sul.

O discurso oficial, veiculado nos meios de comunicação e nos materiais de divulgação da Secretaria, falam da “recuperação da tradição e afirmação da identidade pomerana” e são essas várias ações patrimoniais que estão no centro dessa pesquisa, na qual se busca compreender os efeitos dessa política no interior da comunidade, a maneira como o passado patrimonializado é abordado como tradição e os impactos disso na vida cotidiana, quando alguns elementos passaram a ter o selo de tradição.

A municipalidade criou diversos canteiros patrimoniais: o “Caminho Pomerano”, as festividades comemorativas aos 150 anos da chegada dos primeiros imigrantes na cidade (e sua continuidade, com a festa dos 151 anos), o Museu do Colono, etc.

Abordaremos, aqui, duas ações, cujos dados derivam de pesquisa de caráter etnográfico que vem se utilizando da observação, de entrevistas com os sujeitos envolvidos nessas atividades e de análise de documentos publicados na mídia impressa local: o Caminho Pomerano e a Festa dos 150 e 151 anos da colonização.

O caminho pomerano

Dentre as várias frentes abertas pela municipalidade, em conjunto com associações locais e visando a valorização do patrimônio local, uma das mais importantes é o circuito turístico realizado na

zona rural do município, denominado de Caminho Pomerano. Desenvolvido por agentes turísticos locais e sob agendamento prévio, o Caminho Pomerano aparece nos materiais institucionais de divulgação com a seguinte descrição:

Em torno de 80% dos imigrantes que chegaram a São Lourenço do Sul a partir de Janeiro de 1858, eram de descendência pomerana. A Pomerânia, nação eslava que se localizava entre a Alemanha e a Polônia foi dizimada no final do século XVIII. Esses imigrantes colonizaram e constituíram São Lourenço do Sul. A humildade e a sensibilidade são as características de um povo que preserva há séculos a organização dos grupos de cantos corais mistos e orfeônicos.

Essa história e essa experiência são transmitidas aos turistas através do Caminho Pomerano, que se constituiu a partir da criação da Associação Caminho dos Pomeranos, que reúne criadores de gansos, galinhas coloniais, horta orgânica e agroecológica, café colonial, almoço típico, artesanato com flores secas e tematizados, pães, cucas, schimiers, produção de queijos, lingüiças, peito de ganso defumado e sucos naturais e ecológicos produzidos com frutas nativas. Essa oferta diversificada é apresentada com a envolvente transmissão do conhecimento histórico da colonização pomerana associadas às extraordinárias belezas naturais da zona rural de São Lourenço do Sul - Terra de Todas as Paisagens. No roteiro destacam-se ainda as histórias do casamento com a noiva de preto e do 'Convidador', personagem encenado pelo irmão mais novo da noiva que na véspera do casamento saía a cavalo a convidar as famílias vizinhas para a festa de casamento².

Esse circuito tem como objetivo oferecer aos turistas a “oportunidade de refazer o caminho dos colonos europeus no momento em que se estabeleceram na região”, enquanto “se entra em contato com a herança cultural desse povo”, tal como afirma a guia turística encarregada de preparar o grupo para iniciar seu *tour* cultural e imaginário. O caminho está programado para durar em torno de sete horas e, durante esse período, são relatados e representados antigos hábitos, se realiza a visita a vários locais, além da degustação de produtos apresentados como típicos da culinária pomerana e que são comercializados, assim como produtos artesanais feitos na região. O caminho, trilhado em sua maior parte através de um ônibus,

tem início na área urbana da cidade de São Lourenço, em região próxima ao rio e que é apresentada como o ponto de desembarque dos primeiros colonos no século XIX.

A primeira parada é em uma propriedade rural na qual os turistas são recebidos por um habitante da região. Esse homem narra as origens e histórias da cultura pomerana e com sua fala peculiar, traz fatos e personagens típicos dessa “tradição e história pomerana”. Ele enfatiza a existência do “convivador”, que era o sujeito responsável por realizar os convites de casamentos realizados na colônia e que, tal como relatado pelo narrador, ia recebendo fitas coloridas em suas vestimentas, indicando, assim, as famílias que aceitavam o convite. Para maior expressividade do que é contado, o próprio narrador está vestido com traje especial e as fitas coloridas. Ele mostra, também, um vestido preto que é apresentado como a vestimenta das noivas de antigamente da região da colônia de São Lourenço, e na narrativa, isso é apresentado como um sinal de resistência das mulheres que, em épocas remotas da cultura pomerana, eram concedidas aos seus senhores feudais na noite anterior às bodas. O vestido preto é, então, ofertado às turistas para que o vistam e possam com ele ser fotografadas.

Essa etapa do caminho é finalizada em uma pequena loja, na qual é possível comprar produtos artesanais diversos, tal como uma aguardente produzida pela infusão de ervas e apresentada como típica dos pomeranos. O passeio segue para uma igreja da localidade de Boqueirão, na zona rural do município, na qual os turistas são recebidos por moradores da região, que falam sobre as comemorações que ali são realizadas. Após, o grupo é levado ao salão de festas que se encontra ao lado da igreja, local que disponibiliza para venda produtos coloniais (pães, bolos, doces) de fabricação local. Nesse espaço, alguns objetos antigos tais como máquinas de costura, painéis de ferro, utensílios domésticos, etc. foram dispostos como num museu.

A visita continua em uma propriedade rural de agricultura orgânica e os visitantes são convidados a assistir a colheita de produtos como tomates, hortaliças, etc. Também aqui é possível adquirir

alguns destes produtos. A propriedade que é visitada posteriormente se caracteriza pela criação de alguns animais como gansos (cuja criação foi então retomada como um dos elementos tradicionais), patos, cabras, porcos. Numa pequena loja o turista pode adquirir produtos feitos no local, tais como embutidos, queijos, etc.

Durante o trajeto para outro local do Caminho Pomerano, a guia turística ressalta algumas construções como “tipicamente pomeranas”. O próximo ponto de visitação é o chamado Moinho Loescher, uma antiga fábrica de farinha, situado em meio a algumas construções com traços arquitetônicos inspirados no estilo enxaimel. A visita ao local inclui também uma caminhada por trilhas ecológicas.

O caminho segue para a casa que teria pertencido a Jacob Rheingantz e que se encontra em processo de musealização, ao lado da qual há uma igreja e o túmulo desse homem. A saga dos primeiros colonizadores é contada então em pormenores e esse passado é trazido constantemente como herança.

O percurso é finalizado em uma pequena propriedade na qual os turistas são recebidos com o chamado “café colonial”, no qual são servidos produtos da culinária local. Antes de sentarem à mesa, os visitantes são convidados a participar de uma “mandala reflexiva”: à volta de um canteiro cujas diferentes plantas formam uma mandala, com os olhos fechados e de mãos dadas, eles acompanham as palavras da proprietária do lugar, que entoia algumas frases de mensagens positivas.

Após o café, o ônibus deixa a zona rural em direção à cidade e tem fim o “Caminho Pomerano”.

A saga Pomerana

A narrativa oficial veicula as histórias da colonização em São Lourenço como uma verdadeira saga, enfatizando os gestos corajosos dos imigrantes que, por exemplo, teriam aberto “o mato a facção”, além de outras tantas privações e sofrimentos que teriam eles passado. Essa saga foi revivida de maneira teatralizada em janeiro de 2008 quando foram comemorados os 150 anos da imigração de

origem alemã-pomerana em São Lourenço, e em janeiro de 2009, pela comemoração dos 151 anos. O jornal local anunciou durante o mês de janeiro de 2008 as comemorações do Sesquicentenário desta colonização. O ponto alto da comemoração, que abriria os festejos que ocorreriam durante todo o ano, foi a encenação da chegada dos imigrantes, no dia 18 de janeiro. No dia 16 de janeiro o jornal apresentava a seguinte matéria:

Quando os sinos dos templos e das igrejas badalarem, às 8horas dessa sexta-feira (18), São Lourenço do Sul reviverá parte emblemática da história do Rio Grande do Sul. Naquele instante terá início a comemoração dos 150 anos da colonização alemã no município. Uma viagem até 1858, ano da chegada dos 88 imigrantes à região. A encenação contará com a participação de 88 descendentes de alemães que, vestidos em trajes de época, desfilarão em vinte carroças e carros alegóricos pelas ruas da cidade³

Para dar maior realismo à encenação foi construído um barco com as mesmas

daqueles que trouxeram os imigrantes. Figuras vestidas como antigos camponeses, se misturavam com as noivas de preto, tocadores de gaita em trajes “alemães” e outras representações de personagens relacionados a esta cultura, vindos das mais diferentes regiões da cidade e seu entorno. Formavam um grande Teatro da Memória. As lágrimas, fortes emoções e alegrias, marcaram esse início de comemorações, tal como registra o diário local:

Às 6h45, ao subirem no barco Bucaneiro, construído especialmente para encenação da chegada de seus antepassados em São Lourenço do Sul, RS, há 150 anos, os 88 figurantes imaginavam como teria sido aquela viagem a uma terra desconhecida. Cada um se projetou no tempo e a imaginação os fez voltar às suas origens. A saudação às bandeiras da Alemanha e do Brasil mostrava um misto de esperança com a nova vida, que poderia ser conquistada, e de lembranças do seu país de origem⁴

Nessa nau, o sujeito é convidado a reviver, sob a forma cênica, um passado idealizado. Nessa trajetória reinventada, os atores desse teatro da memória são acometidos pela emoção de “reviver o que os antepassados viveram”. São “muitas lágrimas, fortes emoções e alegrias”, tal como relata o diário local.

Depois da encenação do desembarque na beira do Rio São Lourenço, os figurantes saem a caminhar, com expressões faciais de cansaço e espanto, tendo ao fundo uma melancólica música emitida pelos autofalantes. A ideia é, então, reproduzir o momento original da chegada e o percurso que teriam eles feito já em terra sulina. Esse deslocamento alguns fazem a pé, outros em carroças e alguns, ainda, em motocicletas. A primeira estação dessa “via sacra” é na casa do agenciador principal, o já citado português José Antonio de Oliveira Guimarães. Nesse momento, ocorre a primeira revelação de realidade, pois as pessoas param diante do que seria a casa de Guimarães: um prédio em ruínas, tomado pelas ervas daninhas, em vias de desaparecimento. A reação de muitos figurantes-moradores foi marcada pelo espanto e alguns deixam transparecer a constatação de que não viram a casa ser degradada, tal como afirma um figurante ao dizer que “é uma pena...essa casa nós víamos que estava envelhecendo...mas não víamos as ruínas”. Tudo acontece como se naquele momento o véu do patrimônio, que o revela e oculta, fosse dado a conhecer aos observadores.

Uma reflexão que se tornou fundamental nessa pesquisa foi o trabalho de Jean-Louis Tornatore sobre o incêndio, ocorrido em janeiro de 2003, do castelo da cidade de Luneville, na região da Lorena, na França. Última residência dos Duques da Lorena, esse castelo, reconstruído em 1703 sob um modelo arquitetônico inspirado em Versalhes, herdou o apelido de “Versalhes da Lorena”. O saldo do incêndio foi pesado, com a destruição de mais da metade do prédio. A reação da comunidade se faz sentir após a constatação, pelos órgãos oficiais, de que boa parte do acervo histórico do castelo, incluindo a construção, havia sido irremediavelmente perdida. A “emoção patrimonial” passa, então, a ser expressa em diversas ações que

vão sendo engendradas para “lidar com o luto da perda” e reconstruir o que foi perdido.

Na observação feita por Tornatore (2008), fica claro que esse castelo, ainda que considerado patrimônio e monumento nacional, só adquire um sentido de lugar de memória local após a sua destruição. Tal como afirma o autor:

Cartas de apoio, reações de aflição, doações em dinheiro, proposições de serviço, tudo isso aflui e é rapidamente canalizado nessa dinâmica patrimonial. Esse acontecimento oferecia a oportunidade de abrir a caixa preta do monumento e tomar a termo os investimentos ou diferentes vinculações, mas não necessariamente convergentes: o que há por trás do monumento? De quem ele é bem comum? De quais relações e vinculações ele é testemunho? A que relações ele se abre? Para responder a essas questões nossa pesquisa buscou analisar em particular o corpus de reações emocionadas do drama de Luneville, obtido através de um conjunto de testemunhos. Parecia, ao final, que não se chorava pelas mesmas razões.

A estação seguinte é a casa de Jacob Rheingantz, esse sim apontado como o grande articulador da empresa colonizadora. A casa, que já foi museu nos anos 1940 e que passou por um longo período de abandono, está sendo recuperada para abrigar um novo museu, o Museu do Colono. Importante observar que sobre a figura de Jacob Rheingantz pairam diferentes versões, diferentes memórias. A versão dominante apresenta Rheingantz como um visionário, um grande empreendedor da empresa colonizatória, educado nos altos círculos empresariais europeus e, ao mesmo tempo, um desbravador corajoso capaz de se embrenhar nos sertões de um sul ainda desconhecido. A essa memória oficial, difundida na literatura e no imaginário local, confronta-se uma outra, de caráter subliminar: a de Jacob Rheingantz como um empresário calculista ao qual são atribuídas ações de exploração direta dos colonos, promessas que nunca se realizaram, decepções que justificariam suicídios e dependência alcoólica entre os colonos.

A casa de Jacob Rheingantz se no presente é revestida pela ação museológica, esteve também lançada ao esquecimento até pouco

tempo atrás, quando se transformou em local de ocupação de moradores sem-teto.

É importante ressaltar, também, outras ações com justificativa patrimonial, que foram levadas a termo pela administração pública local, como o apoio para organização do desfile, durante o Carnaval de 2008, de um bloco carnavalesco com alegorias referentes à colonização e à etnia pomerana. Além disso, e mais diretamente no campo dos negócios internacionais, foi consolidada a parceria com a cidade gêmea de São Lourenço do Sul na Alemanha. Não por acaso aquela é a cidade onde teria nascido Jacob Rheingantz.

Busca patrimonial e os diferentes sentidos do patrimônio

Com a finalidade de analisar as repercussões dessas políticas públicas na comunidade local, foram feitas algumas entrevistas de caráter aberto que eram direcionadas aos agentes patrimoniais em suas diversas instâncias e atribuições, ou seja, desde os gestores até pessoas da comunidade envolvidas nas mais diferentes atividades relacionadas ao patrimônio. Perceber a relação do sujeito com as políticas patrimoniais e os impactos disso na prática cotidiana foram os eixos fundamentais das perguntas e observações. A reflexão sobre a autoria e a procedência dessas ações patrimoniais foi recorrente entre as pessoas abordadas. O reconhecimento da dimensão política e econômica dessa “recuperação da tradição” aparecia como um dado observado pelos sujeitos. Uma das pessoas entrevistadas afirmava que não iria participar das comemorações do sesquicentenário, pois discordava que o turismo na cidade devesse estar voltado apenas para o aspecto da colonização. Entrevistada, essa pessoa afirmava que a Secretaria de Turismo da cidade deveria procurar alguma outra motivação que não apenas a valorização das etnias. Essa fala reflete claramente como uma parcela da população local percebe essas ações de valorização e constituição do patrimônio pomerano: um investimento no turismo buscando a revitalização da economia local. Esse pensamento se expressa na fala do prefeito

local quando, em entrevista a um jornal, afirma que “só assim conseguiremos na prática buscar o passado com os olhos no futuro” (O Lourenciano, 16.01.2008, p.2).

A patrimonialização das expressões culturais nessa comunidade vem sendo abordada como uma tarefa pública levada a termo pela administração local. Transformar a cidade num reduto pomerano é a preocupação central dos gestores públicos e ideias de autenticidade e tradição se apresentam como alicerces fundantes dessa política.

O Caminho Pomerano é um dos exemplos fundamentais dessa busca pelo autêntico, pelas raízes pomeranas, mesmo que desconhecidas das gerações contemporâneas. A consciência de que é um circuito turístico que leva ao visitante a consumir imagens e produtos, parece ficar diluída na ideia de um verdadeiro “resgate das práticas culturais”. A perspectiva essencialista é a que preside essa busca pelo que é autenticamente pomerano, inscrito numa temporalidade da tradição. Esse dado aparece na entrevista realizada com uma pessoa da comunidade que vem atuando de maneira sistemática na organização do Caminho Pomerano. Ao ser questionada sobre a representatividade dos traços culturais que são apresentados nesse circuito, ela responde que: “fazemos muita pesquisa para saber como eram as coisas que não existem mais agora....precisamos recuperar isso que é de nossa tradição e, apesar de muita gente aqui da comunidade ainda duvidar do Caminho Pomerano, pouco a pouco eles vão compreendendo” (Solange Klug, 45 anos, agricultora e artesã).

Essa busca pela recuperação das formas tradicionais do “ser pomerano” é um elemento central dessa política de gestão do passado, com o fim de torná-lo mais interessante e aceitável. Nesse processo ficam evidenciadas as estratégias de afirmação da cultura e etnia pomerana, expresso fundamentalmente nas estratégias de valorização de certos elementos culturais e memoriais, em detrimento de outros. A memória pomerana, ao se tornar a “verdadeira memória de São Lourenço”, a que, tendo sido renegada por tanto tempo e

logo necessita ser recuperada no presente, parece não permitir uma compreensão multicultural, as diferentes inserções e atividades que caracterizaram esse lugar.

A cidade de São Lourenço do Sul se apresenta como um núcleo de práticas tradicionais pomeranas, vinculando sua imagem e história à figura do colonizador, às atividades agrícolas e àquelas necessárias para a agricultura, tais como a construção de moinhos, de fábricas coloniais de doces de frutas, a produção de artesanatos com elementos da natureza, etc. O discurso oficial não menciona, por exemplo, uma atividade que foi fundamental para a constituição urbana e econômica da cidade: a navegação de cabotagem feita através de embarcações denominadas Iates, e os armazéns e entrepostos que, sendo edificadas em zona adjacente ao cais, formavam um conjunto comercial extremamente importante, pois permitiam o escoamento da produção agrícola dita colonial através dessas embarcações, assim como o suprimento de gêneros e produtos industriais que vinham também nesses iates e eram comercializados nos armazéns locais. O abandono crescente dessa região da cidade, evidenciado pelo alto grau de deterioração dos antigos prédios comerciais, que eram os antigos armazéns construídos no começo do século XX, são evidências dessa não-incorporação dessa memória ao repertório patrimonial.

Por outro lado, nessa relação patrimonial estabelecida entre a política institucional e os sujeitos sociais, mesmo que reconhecida a proeminência de uma etnia, parece haver um pacto de aceitação pelas demais, o que pode ser entendido como uma negociação interna diante de uma situação que favorece, pelo menos economicamente, o conjunto da cidade.

Ao mesmo tempo, e esse dado pode ser observável na última comemoração da chegada dos imigrantes realizada no dia 18 de janeiro de 2009, outras reivindicações memoriais vão se colocando no conjunto do espetáculo patrimonial. Exemplo disso é a incorporação da figura das escravas negras ao cenário da memória, realizada pela presença de pessoas trajadas como tal no desfile comemorativo.

Tal como apresentado na imprensa local, referindo-se à encenação da chegada do barco no porto “às margens do São Lourenço, as negras escravas conhecidas por mucamas, faziam o comércio de doces e quitutes para suas sinhás” (O Lourenciano, 21.01.2009, p.10). A inserção desse outro elemento étnico e cultural respondeu, certamente, às reivindicações de setores que atuam em prol da memória afrobrasileira. Nesse contexto social, parece-nos que mais do que elementos identitários no sentido mais restrito desse conceito, o que se coloca em questão são direitos ao passado e, fundamentalmente, ao presente.

A patrimonialização da vida

Essa valorização crescente da cultura pomerana se manifesta, sobretudo, no campo das práticas, festas, saberes e fazeres, elementos que constituem o patrimônio imaterial local. É importante considerar que muitas dessas práticas culturais já haviam sido abandonadas ou desvalorizadas, tal como a criação doméstica de gansos. Outras já haviam perdido sua força de expressão no cotidiano, e a exemplo disso temos a produção do peito de ganso defumado que, atualmente, é anunciado e vendido nesse mercado de “produtos tradicionais” como um elemento da culinária típica pomerana. Outros elementos da culinária também passaram a compor esse repertório patrimonial, tal como as cucas e os doces pastosos de frutas. Ao abarcar esses elementos do cotidiano, o patrimônio se impõe como um novo estatuto, sobrepõe-se ao hábito criando a tradição. Uma das entrevistadas, cuja atividade atual é a de preparar doces e pães caseiros para abastecer as lojas locais, reproduz esse estranhamento do sujeito frente à patrimonialização dos gestos e produtos da cultura. Disse a entrevistada que “eu sei que agora tenho que fazer a cuca sempre assim...não posso esquecer...essa cuca a gente fazia lá em casa, isso vem dos tempos da minha avó...mas eu nem sabia que isso era patrimônio.....eles dizem que isso é patrimônio, não é?”

Nessa busca da autêntica cultura pomerana se justificam os investimentos públicos aplicados nessa “política do passado” em direção ao futuro. A ideia de invenção das tradições, tão bem formulada por Hobsbawm (1997), se apresenta, no caso pomerano, sob a forma de políticas da memória, gerenciamento do passado, organização de um inventário de práticas e saberes que definem, então, o que é ser pomerano.

Ao se pensar a memória como essa atualização do passado no presente, percebe-se que, além de suas infinitas possibilidades de recriação desse passado, tantas quantas forem as necessidades no presente, sua ritualização vem envolta na emoção. Aqui nos deparamos com mais uma questão fundamental para a compreensão das reivindicações memoriais e patrimoniais, normalmente associadas às buscas identitárias: a afirmação de uma memória coletiva. Dito de outra forma, o que faz com que os sujeitos se percebam partícipes de uma grande memória, encompassadora e totalizante? A noção de memória coletiva, ainda que gerada a partir da ideia de Maurice Halbwachs, é um campo em busca de definição e só podemos compreendê-la sob a forma de metáfora ou dentro daquilo que Joel Candau (2001, p.41-45) denomina como retóricas holistas.

Buscando encontrar as formas de compartilhamento de memórias, Candau formula o conceito de metamemória e diz que este é o que mais poderia se aproximar da ideia de memória coletiva. A metamemória, ou seja, a ideia que os sujeitos fazem de sua própria memória, é originária das formas sociais de transmissão das informações. Tal como afirma o autor, essa transmissão é mediatizada por diferentes veículos (objetos, saberes, tradição oral, etc.), de formas diversas, conscientes ou inconscientes (CANDAU, 2008).

À ideia de salvaguarda do patrimônio imaterial, logo das formas mais autênticas de repasse da memória, associam-se as responsabilidades e pactos estabelecidos no interior de uma sociedade, de um grupo, uma comunidade. Tal como afirma Hafstein (2007, p.342), a noção de herança compartilhada que contribuiria para forjar a comunidade nacional é também necessária para a constituição de comunidades locais.

A noção de patrimônio imaterial parece se identificar com a ideia de comunidade. No caso em análise, a categoria patrimônio apresenta várias significações e vários usos no presente, operacionalizados através de políticas públicas e de ações que objetivam tornar positiva a identidade local.

Poderíamos dizer que São Lourenço do Sul vive seu momento de redescoberta do passado e, ao mesmo tempo, passa a ser dependente dele. Isso se aproxima do que demonstra Gaetano Ciarcia em seu estudo sob a fabricação folclórica do bem cultural entre os Dogon e sua ressonância com o mercado de informação etnográfica, esses sujeitos são quase obrigados a gerir uma memória mítica que foi transformada em patrimônio desde que o etnólogo francês Marcel Griaule iniciou seus estudos sobre essa cultura e implementou políticas de valorização patrimonial. O que demonstra Ciarcia é que a tradição, nesse caso, se transformou numa poderosa fonte de economia, logo manter-se no tradicional é regra mercadológica, implicando, portanto, depurações ou omissões de outras práticas (CIARCIA, 2001).

A dimensão política que assume essa recuperação e gerenciamento da tradição pomerana nos aproxima daquilo que Dimitrijevic aborda como “inventar uma memória para construir uma identidade”. Em seu texto sobre a origem bogomila da nação “bosniaque” (muçulmanos da Bósnia), o autor aborda como a busca memorial, o “remanejo” do passado, sempre acompanha a instalação de um novo poder e ideologia. Assim, o autor se pergunta se é fundamental esclarecer como uma vontade política se transforma numa realidade social e como os atores sociais passam a agir de acordo com essa vontade (DIMITRIJEVIC, 2004).

Esse manejo do passado, ou política da memória, de acordo com Dimitrijevic, implica necessariamente no desenvolvimento de ações que envolvam os atores sociais e passe, através de mecanismos complexos de aceitação e introjeção, a ser verdadeiramente uma tradição, uma expressão da memória coletiva. Tal como afirma Candau (2007), a patrimonialização cumpre um papel essencial para

autenticar o discurso do passado compartilhado. Na verdade, segundo o autor, é a crença no passado comum, nas origens, na memória, que favorece a emergência de um real compartilhar desse passado.

Essa profusão de ações patrimoniais que estão sendo implementadas na cidade de São Lourenço do Sul pode ser compreendida num quadro mais amplo, nacional e internacional, de buscas patrimoniais e reivindicações memoriais. Expressões como saturação (ROBIN, 2003), sedução memorial (HUYSSSEN, 2000), excesso, etc., fazem parte de um léxico utilizado para descrever o sentimento contemporâneo de reivindicação memorial.

A retórica patrimonial assume hoje no Brasil o lugar do discurso oficial. As ações patrimoniais são compreendidas e apresentadas como tarefas de Estado. Se, por um lado, essa proeminência do discurso patrimonial e suas práticas salvaguardam muitos bens culturais de sua destruição ou desaparecimento completa, por outro lado, é fundamental que se questione a forma como muitas dessas ações vem ocorrendo, mobilizando imaginários, construindo verdades absolutas.

O fenômeno da reconstrução da cultura pomerana em São Lourenço do Sul se apresenta sob diversas possibilidades de apreensão e assume distintos significados de acordo com a posição do sujeito dentro de seu campo social. As ações patrimoniais desenvolvidas no interior das comunidades urbana e rural são interpretadas de diferentes formas, que vão desde um estranhamento até certa euforia identitária. Como representação dessa última temos a fala de uma informante cuja ocupação atual é preparar “cucas” (uma espécie de pão doce com frutas e recoberto com uma mistura composta de açúcar e farinha) que são postas à venda aos turistas do Caminho Pomerano. Quando arguida sobre a importância do Caminho para a comunidade, responde que:

Eu sou lá do interior de Pinheiros (região rural de São Lourenço do Sul) e quando eu vim para cá (para o núcleo urbano) eu fui assim bem humilhada por minha língua pomerana [...] e depois que surgiu essa rota, hoje eu estou me sentindo gente, de origem pomerana, me sinto valorizada (Marcilda Bartz, 49anos, contadora, doceira e artesã).

Essa fala nos remete certamente a outros sentidos do patrimônio, à sua dimensão prática no gerenciamento das identidades e a sua reapropriação pelos sujeitos, sendo, dessa forma, no nível dessa reapropriação que se situa a atividade patrimonial e memorial, numa dimensão ética e política, tal como afirma Jean-Louis Tornatore. De acordo com o autor a retomada do passado é um retorno sobre si, num duplo movimento de identidade e alteridade e a responsabilidade de salvaguarda desses traços do passado para que sejam transmitidos às gerações futuras (TORNATORE, 2008).

As políticas e discursos patrimoniais na contemporaneidade são tal como aborda Hafstein (2007), a base de um “regime da verdade”, ou seja, são capazes de criar passados, memórias e converter práticas culturais em fontes a serem administradas pela comunidade, se afirmando como ideologias da memória e nexos entre os sujeitos.

Aspectos conclusivos

No atual cenário brasileiro a valorização do passado é pauta da agenda dos administradores, gestores públicos, artífices das políticas governamentais. No caso específico de São Lourenço do Sul, políticas públicas aparecem ancoradas em organizações sociais existentes na cidade, que atuam como agentes fomentadores dessa tradição que se busca recuperar e disseminar.

Na base dessas políticas patrimoniais as motivações são de diferentes ordens, entretanto, é certo afirmar que a busca memorial aparece como um dado fundamental desse processo. Essa busca memorial justifica as ações classificatórias do que preservar e inserir como um elemento da tradição e o que pode ser descartado, nessa economia de passados a gerir.

Na incessante busca pelo passado, novas estratégias vão sendo engendradas, novas demandas vão sendo criadas. É o que se percebe, por exemplo, no movimento de musealização que foi lançado com o Museu do Colono, na antiga moradia de Jacob Rheingantz, que já inspira outros projetos museais.

Por fim, cabe voltar ao barco que carregou os oitenta e oito figurantes, membros da comunidade, que, revivendo imaginariamente o momento do desembarque dos ancestrais pomeranos na costa de São Lourenço do Sul, acreditam estar em uma cadeia de continuidade entre passado e futuro

Notas

* Professora Adjunta Doutora do curso de Bacharelado em Museologia e do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, Brasil. E-mail: leticiamazzucchi@gmail.com Realização da pesquisa: desde julho de 2008.

** Professor Assistente do curso de Bacharelado em Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: roberto.heiden@yahoo.com.br

¹ <http://portal.iphan.gov.br> - <http://portal.iphan.gov.br/portal/consulta>. Acesso em: 23 jan. 2009.

² <http://www.portalcostadoce.com.br/site/caminhoPomeranoFiqueDentro.asp>

³ *Jornal O Lourenciano*, 16.01.2008:2.

⁴ *Jornal O Lourenciano*, 19.01.2008:2.

Referências

APPADURAI, Arjun. **Les conséquences culturelles de la globalisation**. Paris: Payot & Rivages, 2005.

CANDAU, Joel. **Antropologia de La memória**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2001.

_____. *Mémoire collective et mémoire individuelle fonctionnent-elles selon le même modèle?* **Archives**, 25,2008.

_____. *Bases anthropologiques et expressions mondaines de la quête patrimoniale: mémoire, tradition et identité*. **Conferência apresentada no I Seminário Internacional em Memória e Patrimônio**, UFPEL, Pelotas, 2007.

CERQUEIRA, Fabio. *Proteção do Patrimônio Cultural e Arqueológico*. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando (orgs.). **Avanços e**

percalços no Brasil Contemporâneo. Crônicas de um país incógnito. Ed. Artes e Ofícios: 2006.

CIARCIA, Gaetano. Exotiquement vôtres. Les inventaires de la tradition en pays dogon. **Terrain**, 37, 2001, p.105-122.

COARACY, Vivaldo. **A Colônia de São Lourenço do Sul e seu Fundador Jacob Rheingantz.** São Paulo: Saraiva, 1957.

DIMITRIJEVIC, Dejan. Inventer une mémoire pour construire une tradition In: DIMITRIJEVIC, Dejan. (sous la direction) **Fabrications de tradition, invention de modernité.** Paris: Éditions de La Maison des sciences de l'homme, 2004.

FERREIRA, Maria L. M.; CERQUEIRA, Fabio V.; RIETH, Flavia. O doce pelotense como patrimônio imaterial: diálogos entre o tradicional e a inovação. **Métis**, vol. 7, 2008, p.65-85.

FREIRE, Beatriz M. O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação. In: Cadernos do LEPAARQ. **Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio.** Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, vol. II, n. 3, 2005, p.11-19.

HAFSTEIN, Valdimar. Claiming culture: intangible heritage Inc., Folcklore, traditional knowledge In Hemme, D; Tauschel, M.; Bendix, R. (Hg.) Pradikat heritage. **Reihe: Studien zur Kulturanthropologie/Europäischen Ethnologie**, 2007.

_____. Sauvegarde du patrimoine immatériel et gouvernance communautaire. **Actes du colloque international**, Paris, 16-18 novembre 2005, UNESCO, Paris, 2007.

HOBSBAWM, Eric.; RANGER; Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro:Aeroplano, 2000.

MEIRA, Ana G. Políticas Públicas e Gestão do Patrimônio Histórico. **História em Revista**. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2005,p. 30-39.

ROBIN, Régine. **La mémoire saturée**. Paris: Editions Stock,2003.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no rio Grande do Sul- O caso da comunidade pomerana. **História em Revista**, Pelotas, 7, 2001, p.25-42.

TORNATORE, Jean Louis. Patrimoine, mémoire, tradition, etc. À propos de quelques situations françaises de la relation au passe. **Conferência apresentada no II Seminário Internacional em Memória e Patrimônio**, UFPEL, Pelotas,2008.

Abstract

In this paper, we discuss the relation between public politics, tradition and heritage in the town of São Lourenço do Sul, southern Brazil. The pomeranian ethnic group that for long time was ignored, nowadays is overvalued through a local policy of “past invention”. The political speech approaches a “rescue of the identity of this people, valuing the tourism as a source of economy.... the search for the past with the eyes on the future” (O Lourenciano, 18.01.2008). Our research consists in verifying the impact of these interventions in this society, and how it accepts this heritaged past as true, an invented past, shaped in the present.

Keywords: Public politics. Colective memory. Tradition. Pomerains. São Lourenço do Sul.